

Tradução de: NORTH, Douglass C. "The State of Economic History." **The American Economic Review**, vol. 55, no. 1/2, 1965, pp. 86–91.

História econômica: sua contribuição para a educação, a pesquisa e as políticas históricas

O estado da história econômica

por Douglass C. North

Universidade de Washington

Eu quero dizer duas coisas com este artigo: (1) que a qualidade de pesquisa em história econômica é geralmente muito baixa e que os economistas devem assumir grande parte da culpa; e (2) que a nova história econômica falha em remediar este problema.

Apesar de boa parte da história econômica nos Estados Unidos ser ensinada nos departamentos de economia, parece haver um tipo de esquizofrenia por parte dos economistas ao olharmos para a forma como consideram a qualidade da pesquisa em história econômica e o modo como normalmente consideram a pesquisa de colegas em outras áreas da economia. Se economistas aplicassem os mesmos padrões críticos à história econômica que usam com os demais campos da economia, muito pouco do que hoje é a história econômica seria considerado pesquisa de alta qualidade. Parece haver uma noção implícita de que os critérios que usamos para julgar a história econômica deveriam ser diferentes dos usados para julgar a economia.¹ Se este é o caso, então devíamos devolver o campo para os historiadores, que pelo menos escrevem com charme e estilo.

Um momento de reflexão por parte de qualquer economista deveria convencê-lo de que, visto que a história econômica vai além de um simples catalogar de fatos, ela deve necessariamente atender o mesmo conjunto de padrões que tentamos impor ao uso de métodos científicos na economia. Não deveria ser necessário elaborar este ponto, dado que tanto o excelente artigo escrito por Conrad e Meyer, "Economic Theory, Statistical Inference and Economic History",² na conferência anual de 1957, quanto o depoimento mais recente de Bob Fogel em seu livro sobre ferrovias,³ trataram bem desse assunto. Eu estou ciente de que, com frequência, não temos ou a teoria adequada ou os dados estatísticos para desenvolver e testar hipóteses de qualquer maneira definitiva. Meu ponto é que historiadores

¹ De fato, na conferência anual da Associação de História Econômica de 1957, três economistas conhecidos sugeriram exatamente isso quando Simon Kuznets reportou que eles acreditavam que a teoria econômica tinha relevância limitada para a história econômica e que o estado do campo era, de fato, consideravelmente bom. Talvez estes três economistas não tenham se dado ao trabalho de ler muito da história econômica ou simplesmente desejavam ser educados com os historiadores econômicos.

² J of Econ. Hist., Dec., 1957.

³ Railroads and American Economic Growth (Johns Hopkins Press, 1964).

econômicos não fazem uso da teoria que temos. Mesmo sendo verdade que não temos uma teoria geral de crescimento econômico que seja digna deste nome e que, portanto, o grande tema do crescimento e queda econômica de nações não possa ser tratado de uma maneira formal, ainda assim sabemos muito sobre a mudança de produtividade e suas fontes; mas pouco da história econômica reflete qualquer ciência deste fato. Já sobre o resto da história econômica, muito dela lida com problemas em que vários campos da teoria econômica são diretamente relevantes.

Um resumo das deficiências da história econômica seria: (1) Várias áreas da história econômica não foram tratadas em nenhum nível; isto é, "tratadas" no sentido de que a história econômica e a estatística costumavam ser usadas para examinar o passado.⁴ (2) Muitos escritos em história econômica estão cheios de afirmações que têm implicações econômicas e implicam relações causais que não só não têm suporte na pesquisa, mas que vão contra proposições básicas da economia. De fato, na maior parte dos casos, o autor parece estar completamente alheio a essas implicações. (3) Ainda mais notável é o caráter das evidências sugeridas para dar suporte às proposições. Em grande parte, elas consistem em um amálgama de citações e estatísticas curiosamente variadas que não oferecem qualquer suporte ou teste das proposições desenvolvidas. (4) Uma boa parte da história econômica chega a conclusões amplas sobre o bem-estar que não seriam de forma alguma defensáveis considerando as evidências citadas. De fato, uma característica geral da história econômica é que o tratamento de proposições com implicações amplas ao bem-estar normalmente é feito sem mesmo um conhecimento superficial de economia do bem-estar. Deixe-me ilustrar meu ponto em relação a cinco áreas amplas da história econômica.

Primeiro, a revolução industrial ainda é vista como o grande limiar da história econômica e, por sua vez, a mudança tecnológica é considerada o *deus ex machina*⁵ deste limiar. Sem nem mesmo mencionar o fato de que isto não parece ter inspirado historiadores econômicos a fazerem mais análises voltadas a desenvolver uma teoria de mudança tecnológica (nem ter, de fato, encorajando-os a ter uma definição de mudança tecnológica), nenhum ponto de vista tão simples da aceleração do crescimento no Oeste seria consistente, inclusive, com nosso conhecimento limitado das fontes de mudança da produtividade. Eu arriscaria especular que, se algum dia fizéssemos a pesquisa necessária para ter alguma ideia rudimentar das magnitudes envolvidas, descobriríamos que a melhoria na organização econômica foi tão importante quanto a mudança tecnológica no

⁴ Em alguns poucos outros casos, foi feita muita pesquisa em áreas muito além do escopo no qual seriam importantes para a história econômica. A história do trabalho é um desses casos, onde a tendência a identificar a história do trabalho com a história do sindicalismo é muito comum, apesar de os sindicatos não representarem 5% da força de trabalho antes de 1900. Em um texto atual muito usado, um quinto do livro é dedicado à história dos sindicatos.

⁵ Nota do tradutor: a expressão *deus ex machina* é usada para referir-se a um acontecimento extraordinário, uma espécie de força inexplicável, sobrenatural que muda sobremaneira o rumo dos acontecimentos. Nesse sentido, North avalia que a Revolução Industrial costuma ser interpretada pela História Econômica como um evento cujo surgimento não guarda relação com o evoluir do desenvolvimento econômico ao longo do tempo.

desenvolvimento do mundo Ocidental entre 1500 e 1830. Com isso, quero dizer melhoras nos mercados de fatores e de produtos, redução nos impedimentos à alocação eficaz de recursos e economias de escala. Além disso, a complementaridade entre o capital físico e humano no desenvolvimento, na aplicação e na expansão da mudança tecnológica requer esta mesma atenção analítica antes de começarmos a compreender este assunto. Obviamente, precisamos alterar a forma como vemos todo este processo de desenvolvimento do mundo Ocidental nos últimos cinco ou seis séculos.

Segundo, o período colonial da história americana, que durou quase duzentos anos, é praticamente desconhecido no que diz respeito à análise econômica. Este período tem sido território exclusivo do historiador e, por isso, não é uma surpresa que o tratamento de questões da economia deixe muito a desejar. Não há estudos da performance da economia colonial, especialmente nos anos cruciais entre 1763 e 1765, apesar de historiadores terem deduzido inferências a partir de migalhas de evidências. A relação entre o suprimento de dinheiro, os níveis de preços, o fluxo de dinheiro em espécie e o balanço de pagamentos não foi adequadamente tratada. Não há estudos analíticos das principais indústrias. O que foi escrito sobre as implicações dos efeitos da política imperial britânica no bem-estar das colônias não tem qualquer evidência de uso da teoria da incidência. Até mesmo um dos melhores artigos sobre o assunto – o texto de Harper sobre os efeitos dos Atos de Navegação nas colônias americanas⁶ – mede o peso da política imperial britânica sobre as colônias sem qualquer referência à elasticidade da demanda pelas mercadorias envolvidas (ele implicitamente assume uma demanda perfeitamente inelástica.)

Terceiro, os dez anos que vieram após o fim da Guerra de Independência dos Estados Unidos estão entre os períodos mais interessantes em nossa história econômica. Eles não foram apenas um momento de reajuste econômico importante, mas também um período em que uma nova sociedade precisou tomar certas decisões políticas fundamentais que criariam as regras básicas da operação de sua economia. Os problemas da incidência de imposto, da participação do governo na economia, de relações econômicas federal-estaduais e da política monetária foram todos influenciados pela performance da economia, por questões econômicas imediatas e pela inclinação filosófica subjacente dos que participaram desta década crítica. Ainda assim, a discussão sobre a performance da economia normalmente tem sido resolvida com algumas citações contemporâneas e estatísticas peculiares.⁷ As questões econômicas imediatas têm recebido pouca atenção analítica e a interpretação econômica do passado tem se dado, por padrão, através da visão ingênua de alguns historiadores.

⁶ Lawrence A. Harper, "The Effects of the Navigation Acts on the Thirteen Colonies," em R. B. Morris, ed., *The Era of the American Revolution* (Columbia University Press, 1939).

⁷ Um princípio de uma examinação sistemática da performance da economia foi feito no artigo recente de Gordon Bjork, "The Weaning of the American Economy," *J. of Econ. Hist.*, Dec., 1964.

Quarto, é um axioma de boa parte de nossa história econômica que investimentos do governo tiveram um papel importante na aceleração do crescimento econômico do século XIX. No entanto, não há evidência para sustentar esta conclusão. Enquanto o trabalho de Carter Goodrich e seus alunos tenha sido uma importante contribuição ao mostrar que o governo realmente interveio em investimentos para canais, ferrovias etc., nem Goodrich nem seus alunos, nem ninguém mais, provou que isso efetivamente acelerou a taxa de crescimento da economia. Para argumentar neste sentido, seria necessário mostrar que houve diferenças significativas entre a taxa de retorno em investimento privado e social de forma que investidores privados estivessem investindo pouco nestas atividades; que os investimentos do governo realmente tiveram uma taxa de retorno social alta; que, alternativamente, estes mesmos fundos investidos por canais privados (sob as condições de emprego total que normalmente reinavam) teriam dado retornos significativamente menores; e que a magnitude deste diferencial seria o suficiente para ter alterado substancialmente a taxa de crescimento da economia.⁸

Quinto, talvez em nenhum lugar sejam mais claras as deficiências da história econômica americana do que nos muitos escritos sobre a disposição de terras públicas nos Estados Unidos do século XIX. Teria a política de terra pública afetado adversamente a taxa de crescimento da economia? Ou diminuído o ritmo do movimento para o oeste? Ou causado uma distribuição mais desigual de renda? Enquanto a extensiva literatura sobre o tema raramente coloca estas questões de forma tão clara, estes são claramente os significados implícitos em grande parte das afirmações feitas em artigos de peso sobre o tema.⁹

Se for verdade que a forma de distribuição de terras públicas através de vários atos de terra, pelas compras de especuladores ou pelas concessões de terras para ferrovias produziram os resultados citados acima, nenhuma evidência oferecida para o assunto gera qualquer conclusão. Pode muito bem ser que os fatores citados acima tenham realmente resultado no que foi sugerido. Mas, se for o caso, toda a questão ainda não foi examinada de qualquer forma analítica. E tal pesquisa se torna necessária antes que qualquer afirmação possa ser feita.

As ilustrações citadas acima são apenas uma pequena onda de uma fonte infindavelmente sombria que fluiria de catalogar a baixa qualidade da pesquisa em história econômica. No entanto, isso não se torna necessário para que eu possa continuar. Qualquer pessoa pode jogar este jogo de testar a qualidade da literatura no campo por conta própria. Deixe-me sugerir uma forma simples de fazê-lo, uma forma que eu uso em meu seminário de graduação em história econômica americana. Eu peço aos meus alunos que peguem artigos

⁸ Para mais discussão das questões envolvidas, veja meu comentário no artigo de Stuart Brauchey na *Entrepreneurial History*, 2d Ser., I, No. 2 (1964), pp. 160-62.

⁹ Uma fonte conveniente é o *The Public Lands*, Vernon Carstenson, ed. (Univ. of Wisconsin Press, 1963).

interpretativos proeminentes de história econômica americana e façam modelos explícitos deles.¹⁰ Mesmo ao colocar-se em cada modelo os pressupostos mais favoráveis possíveis, a maior parte dos modelos resultantes ou se tornam inconsistentes internamente ou vão contra as proposições mais fundamentais da economia.

Deixe-me, agora, focar na nova história econômica. Há alguns trabalhos de valor, especialmente na coleta de estatísticas, para nos dar uma base sólida para análise e há alguns artigos e livros de primeira classe; ainda assim, os resultados foram, em geral, decepcionantes. Há conteúdo monótono e sem imaginação demais – e parece haver uma convicção generalizada de que usar técnicas econométricas, usar o computador e fazer algumas regressões podem substituir a teoria e a imaginação. Parte da nova história econômica escrita por economistas é de qualidade angustiantemente baixa. Parte dela é tão imprecisa e confusa que se torna difícil, se não impossível, fazer qualquer tipo de modelo. Boa parte dela inclui análise de equilíbrio parcial de problemas com implicações amplas de equilíbrio geral ou de desequilíbrio. Uma parte grande demais desta literatura mostra que o autor claramente não tinha uma compreensão fundamental da forma como uma economia opera. Particularmente, muito dela mostra que o papel de preços na alocação de recursos e a implicação do comportamento dos preços são desconhecidos pelo autor.

A inadequação da nova história econômica se torna ainda mais evidente em sua falha em responder e refutar argumentos e proposições mal elaborados que proliferam na literatura. Deixe-me ilustrar meu ponto ao discutir mais a fundo um artigo na nova história econômica. Em verdade, é um de seus clássicos. Eu me refiro ao artigo de Conrad e Meyer intitulado "The Economics of Slavery in the Ante-Bellum South."¹¹ O artigo de Conrad e Meyer é frequentemente considerado a epítome da forma como a nova história econômica deveria ser escrita, indicando o uso sofisticado da teoria econômica e das estatísticas para resolver a questão há muito debatida da história econômica americana. Ele merece um lugar especial na literatura como um trabalho pioneiro. O artigo apontou e esclareceu várias questões que se tornaram turvas em meio a controvérsias. Particularmente, ele demonstrou que os recursos no Sul foram alocados de maneira eficiente e que o mercado de escravos operava de uma forma que era compatível com uma economia que maximizava o lucro. No entanto, o artigo não cumpriu seu objetivo e permitiu a discussão sem fim de uma questão que há muito tempo já deveria ter sido enterrada. Conrad e Meyer se propuseram a medir a viabilidade da escravidão ao testar sua rentabilidade. Como resultado, dada a natureza limitada e imperfeita dos dados disponíveis, eles perpetuaram uma controvérsia sem fim focada no dilema de se seus dados (ou os dados de outros) indicavam ou não que a escravidão era

¹⁰ Para uma ilustração, veja meu comentário no texto de H. J. Habakkuk, "Population Problems and European Economic Development in the Late Eighteenth and Nineteenth Centuries," A.E.R., May, 1963, pp. 639-42.

¹¹ J.P.E., Apr., 1958, p. 95

rentável e, portanto, viável.¹² De fato, não há possibilidade de que a escravidão fosse inviável economicamente. Desde que exista tanto renda na terra e renda nos escravos – ou seja, que o preço dos escravos esteja acima do custo real de produção dos escravos – qualquer falta de rentabilidade dos escravos que resultasse de um aumento em seus preços levaria apenas a um reajuste, seja na renda da terra ou, em último caso, no preço dos escravos, de forma que uma taxa de equilíbrio reinaria novamente. A instituição se tornaria não viável apenas se os salários dos trabalhadores livres caíssem ao nível de subsistência, de forma que, de fato, o preço dos escravos caísse abaixo de seu custo de reprodução.¹³ E como tais considerações não estavam envolvidas, nunca houve, realmente, dúvida sobre a viabilidade da escravidão. Mesmo que seja possível argumentar que os preços dos escravos poderiam ser mantidos em um nível mais alto do que seria justificável pela taxa de retorno na produção de algodão por seu uso para consumo conspícuo ou por razões não econômicas, então a resposta seria simplesmente que, neste caso, a renda de terras cairia para se ajustar a uma solução de equilíbrio. Em resumo, o artigo de Conrad e Meyer perpetuou uma questão que, no fundo, não é uma questão.

Em suma, tenho convicção de que precisamos varrer porta afora uma boa parte da velha história econômica e melhorar a qualidade da nova história econômica e de que cabe aos economistas lançarem um olhar cético sobre as pesquisas feitas por seus colegas de história econômica para ver se elas se adequam aos padrões de qualidade que eles esperariam de outras áreas da economia.

Essa crítica ao estado da história econômica não se baseia em alguma noção utópica de que podemos chegar a um consenso científico ao interpretar o passado, mas sim na grande diferença que existe entre a prática contemporânea e o potencial que poderia enriquecer intensamente nosso conhecimento do passado e reduzir o nível de incerteza e desacordo sobre nossa herança econômica.

Traduzido por Herick Vazquez Soares¹⁴

¹² Para as duas ilustrações mais recentes, veja Edward Saraydar, "A Note on the Profitability of Ante-Bellum Slavery," *S. Econ. J.*, Apr., 1964, and Richard Sutch, "The Profitability of Ante-Bellum Slavery Revisited," *S. Econ. J.*, Apr., 1965. É importante notar que o artigo de Sutch, apresentado de forma preliminar em meu seminário de graduação sobre história econômica americana, torna claro que a questão discutida era a rentabilidade de curto prazo, não a viabilidade.

¹³ Veja o artigo de Yasukichi Yasuba, "The Profitability and Viability of Plantation Slavery in the United States," *Econ. Studies Quar.*, Vol. XII, No. 2.

¹⁴ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo e professor adjunto do ICSA/Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).